

# As 4 crises da economia brasileira

JORNAL DO BRASIL

12 AGO 1984



*O Brasil não vive uma crise econômica: atravessa, neste instante — isto sim — quatro crises econômicas, que se superpõem, de forma interligada.*

nos balanços de pagamento num quadro claramente de estagnação, etc.

Convém naturalmente esclarecer que esta crise de número três tem raízes mais profundas, havendo sido o súbito e exagerado aumento nos preços do petróleo meramente a sua gota d'água. O estudo dos "ciclos longos", realizado, nos anos 20, pelo russo Nicholas Kondratieff, já apontava para uma fase declinante da economia capitalista, a durar cerca de um quarto de século, depois de outro período semelhante, de grande crescimento. Tal fenômeno, que teria sido observado, sistematicamente nas economias maduras, a partir do final do século XVIII (Revolução Industrial Inglesa), segundo o referido analista, deveria repetir-se também no futuro. Curiosamente, o mundo capitalista conheceu, a partir dos anos de pós-guerra, até 1973, uma expansão incomum. Estaríamos, aí, começando a fase recessiva de um novo ciclo de Kondratieff? Independentemente da crença que dediquemos a tais projeções, a verdade é que o crescimento capitalista em períodos recentes, segundo Celso Furtado, como que "preparou" o terreno para a crise dos dias atuais, através da excessiva expansão, para o exterior, de economias nacionalmente maduras, especialmente através da transnacionalização de empresas, provocando então dificuldades internas de estabilização ou efeitos negativos sobre os respectivos balanços de pagamentos (exemplos principalmente dos Estados Unidos e da Europa Ocidental).

Com a precipitação da crise, mediante a majoração dos preços do petróleo, houve numerário excessivo, em países produtores, sem capacidade de utilizá-lo. A reciclagem se fez, então, através do sistema bancário, embora se havendo impresso a marca de empréstimos de curto prazo, particularmente especulativos. Enquanto os países mais adiantados enfrentaram a nova crise ampliando seu poder de exportação de mercadorias (ainda que à custa de pressões inflacionárias internas, restrição de gastos públicos, etc.) os países subdesenvolvidos (no caso brasileiro, em franco "Pique" do "milagre econômico") acolheram, avidamente, os petrodólares, para aplicações de longa maturação ou de duvidosa produtividade. Os resultados de tudo isso: um crescimento, sem precedentes, seja do sistema bancário internacional, seja do endividamento dos países do Terceiro Mundo.

Reflexos diretos, no Brasil, desta crise de número 3 são a sua gigantesca dívida externa — superando a casa dos 90 bilhões de dólares — a maior de todo o mundo; a elevação das taxas de juros internacionais; o alto endividamento interno do governo central — que chega, a esta altura, a cerca de cr\$ 45 trilhões; a ociosidade excessiva do nosso equipamento industrial (na fase do "milagre", 1967/1973, os investimentos na indústria de transformação, por exemplo, em relação ao seu valor gerado, apresentaram uma taxa média anual de 26,5% quando, no período de forte industrialização do Pós-Guerra (1955/62), a mesma taxa foi de apenas 17,4%). Também podemos aqui colocar a participação do sistema finan-

ceiro na composição da Renda Nacional que cresceu de 5,7% (1970) para 9,8% (1979), com prejuízo para os setores diretamente produtivos.

Enfim, a quarta crise econômica, embora vinculada à crise de número 3, foi indiscutivelmente provocada pela política econômica governamental. Caracteriza-se por tomar um dos elementos da crise 3 — o endividamento externo — como a preocupação maior do nosso viver econômico, em função do que, a partir de 1980/81, com o assessoramento do FMI, medidas recessivas se somam àquelas outras do mesmo nível, resultantes da crise 3. A crise 4, por outras palavras, procura resolver um problema que não é prioritariamente nacional porque aqui não se originou. Em suma, uma nação como a nossa, subdesenvolvida, empresta prioridade a um problema que resulta da crise 3, ou seja, da crise atual da economia capitalista como um todo. O razoável é que estivessemos adotando, neste instante, exatamente um caminho oposto — até mesmo, se mais criativos não fôssemos, a orientação anticíclica das já conhecidas recomendações keynesianas. Por isso mesmo, a crise de número quatro é uma crise fabricada. Uma "crise política".

**E**XPRESSIONES diretas desta última crise — bem mais que da crise de número três — são a evolução negativa recente do Produto Interno Bruto, especialmente em termos *per capita*, a exacerbação inflacionária, alcançando índices insuspeitados há três ou cinco anos atrás, o aumento do índice geral de preços ultrapassando os 200% anuais; o enorme crescimento das taxas de desemprego (há quem sustente que cerca de 20% sobre a população economicamente ativa); a ampliação do subemprego; a queda nas importações dos bens de capital (o coeficiente de importação, sobre a produção industrial, desceu de 15,7% em 1979 para 7,6% em 1983; a concordância com o pagamento, aos banqueiros internacionais, de volumes significativos de juros sobre os empréstimos tomados

(cerca de 9,7 bilhões de dólares, em 1983) muito acima dos saldos sofridamente obtidos na balança comercial (cerca de 6,5 bilhões de dólares, em 1983 também).

Cada uma dessas crises tem formas de combate específicas. A primeira delas, por exemplo, ainda que obviamente impossível de eliminação, poderá ser contida através de uma séria atividade planejadora: no particular, pode-se dizer que o Brasil regrediu, nos últimos anos. A crise 2 implica mobilização de várias gerações: o desmantelamento do subdesenvolvimento, antes da luta para sermos o sétimo maior PIB do mundo ocidental, exige uma quebra dos graves antagonismos estruturais, apontando, assim, para decisões no futuro que poderão, inclusive, desembocar num modelo socialista de vida. Por enquanto, será válida, por exemplo, toda medida redistribuidora da renda, como aquelas que apareçam como consequência de uma profunda reforma tributária, além, evidentemente, da imediata eliminação das medidas de achatamento salarial. A crise 3 não depende diretamente de nós, até porque, como países subdesenvolvidos, somos também uma economia internacionalmente "reflexa". Podemos apenas dizer que o Capitalismo, como um todo, sairá da crise atual — crise cíclica, não nos referimos neste ponto à crise estrutural do sistema — e, provavelmente, com significativas mudanças tecnológicas, como ocorreu em todas as crises semelhantes do passado. Convém também acrescentar que, ainda antes da saída de tal crise, para uma nova etapa de crescimento mais vigoroso ("em busca de um novo ciclo de Kondratieff" — diriam os partidários de tal teoria), as diferentes economias nacionais conhecerão altos e baixos (ciclos de curto prazo), de que é sintoma indiscutível o que se vem chamando, recentemente, de "recuperação" da economia norte-americana. A crise 4, enfim, pode ser de pronto eliminada (não significa dizer que solucionamos, assim, os problemas derivados das outras crises), simplesmente mudando-se a ênfase da nossa política econômica para que, de modo anticíclico, retomemos o crescimento econômico, a ampliação do nível de renda e de emprego e imponhamos uma moratória internacional, cujos prazos e pagamentos se ajustem a essa decisão primordial de crescer.

JAIRO SIMÕES

Professor da Universidade Federal da Bahia